



# *Entrevista* **COM MARIA CRISTINA CACCIAMALI**



## **Fundação Podemos: Como a senhora analisa o contexto político-econômico atual? O perigo da recessão global é real?**

O momento atual é de elevada incerteza, não apenas pela pandemia do Covid 19, mas, sem dúvida, acirrado por esta pandemia.

Antes da epidemia do Covid-19 na China, desde a eleição de Trump, a política protecionista e, a prioridade de acordos bilaterais aos multilaterais, seguida pela guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, já tinham comprometido a continuidade da ordem política e econômica mundial e freado o crescimento da economia mundial.

Com a pandemia a incerteza cresceu de forma incontável, a globalização – maior integração das economias à economia mundial – vai se alterar, devido à má experiência da concentração de cadeias produtivas na China, e o transtorno que trouxe aos sistemas produtivos dos países que dependiam desses insumos (eletrônico, automotivos, vestuário, etc.).

Outra questão relevante é que provavelmente teremos vários surtos de Covid 19, concentrado em um país singular ou compartilhado com outros países. A ciência, nesse pequeno tempo ainda não conseguiu tais respostas. As pesquisas dependem de provas e tempo para tais registros.

Nesta pandemia, na qual o isolamento, já comprovado cientificamente, é a única forma de conter a velocidade de contágio e, o colapso dos serviços de saúde demonstra o prejuízo ao tráfego mundial de pessoas e mercadorias, o setor aéreo, passando por uma crise nunca antes vista. Setores como turismo e divertimentos totalmente paralisados.

Estas e demais “adaptações” obviamente relacionadas à pandemia mudarão hábitos e comportamentos, não retornaremos à realidade anterior. A pandemia, o medo real do contágio, as emoções imbricadas neste contexto, modificará muitas necessidades e atividades, assim como, sua forma de operar.

Não seremos mais os mesmos. O mundo não será mais o mesmo, a visão de mundo será alterada, comportamento serão repensados, reavaliados, com impactos sobre todas as dimensões sociais, impactando, evidentemente, a economia.

## **Fundação Podemos: Como o Brasil poderia lidar com o que vem pela frente? Quais as saídas que o governo poderia oferecer para combater a crise econômica, tanto no curto prazo quanto no longo?**

O Brasil está lidando de forma pouco coordenada na implementação das fórmulas internacionais para conter o ritmo do contágio: isolamento. Não há outra forma.

As medidas são: isolamento e elevado número de testes para descobrir focos de contágio (quais e quantas pessoas o contagiado manteve contato) e colocá-los em quarentena, monitorando-os cotidianamente para verificar se desenvolvem ou não a referida doença.

Esta ação, devido à paralisação de atividades e pessoas, salvo as atividades essenciais, deve vir acompanhada de duas ações: crédito a prazos longos e juros baixos para que as firmas paguem seus empregados e cumpram seus compromissos, não agravando ainda mais a situação. Estas ações devem ser dirigidas sobretudo aos

pequenos estabelecimentos, mais frágeis, que não têm como sobreviver e, muito menos, manter seus empregados estando parados.

A segunda ação são os programas de transferência de renda para os trabalhadores mais vulneráveis, mormente, os trabalhadores por conta própria e os assalariados sem contrato registrado, muitos demitidos, que não irão dispor de renda no período por queda da demanda por seus produtos ou serviços. Os trabalhadores formais estão mantendo garantia de uma renda menor que, entretanto, deveria ser negociada com as Centrais Sindicais, ao invés de ser tomada unilateralmente por parte do governo que, posteriormente, serão contestadas pelo Legislativo ou derrubadas pelo STF, retardando ainda mais sua implementação. O tempo do seguro desemprego foi alongado, o que também contribui com a manutenção de renda.

Todos estaremos mais pobres e teremos que apreender a lidar com isso.

Na verdade, estamos na presença de dois choques, de oferta (queda de produção/vendas) e de demanda (queda no consumo, investimento, importações e exportações) que exigem medidas menos convencionais que não compõem o cardápio de política econômica da atual equipe econômica.

Aparentemente, as medidas estão sendo tomadas, mas não estão sendo operacionalizadas. Há a burocracia do jogo de “empurra-empurra” entre poderes Legislativo e Executivo e há falta de

agilidade para reagir na presença de fatos inesperados.

Ademais, ruídos contínuos negacionistas, de que podemos quebrar as recomendações internacionais de contenção do vírus interferem negativamente entre os simpatizantes ou necessitados dessa quebra do isolamento, o que prejudica o cumprimento das medidas de contenção. Membros da elite do país ainda não interiorizaram a necessidade do isolamento, as consequências trágicas que podem ocorrer; falta seriedade para com a pesquisa e a ciência. Subestimam a capacidade do nosso povo brasileiro, independente de estrato social.

A presidência da república mantém firme uma posição minoritária no país e isolacionista no cenário internacional defendendo o retorno a atividade econômica. Não bastasse isso, criou um conflito com a China totalmente desnecessário e, difícil de contornar nos dias de hoje: a China é a maior exportadora de insumos para a área de saúde que combate a pandemia e, as nossas demandas de respiradores, máscaras e matéria-prima para remédios estão sendo desviadas, mormente para os Estados Unidos, que pagam mais e que mantêm interesses estreitos com a China, embora com debates acirrados sobre os interesses de cada um.

Acredito que nossas exportações em geral serão prejudicadas com esse que é nosso principal cliente de commodities. A China já anunciou que dará preferência a Soja dos Estados Unidos por motivo de segurança...

## **Fundação Podemos: A senhora vislumbra alguma necessidade de revisão na legislação trabalhista, que abarque medidas para situações como essa que vivemos? A senhora acha que essa experiência singular produzirá um novo marco legal?**

Eu acredito que as medidas no momento da pandemia são as que os governos estão tomando.

Para o setor formal, alongar o tempo do seguro desemprego e o acordo entre patrão e empregado de quanto será a redução de salário no período em que o empregado ficará sem trabalhar, o governo complementando a diferença sujeita a um teto. Entretanto, são medidas que deveriam ser negociadas com os sindicatos, (reforço aqui, mais uma vez a pasmaceira atual que vigora nos sindicatos) de tal forma a agilizar a implementação. Dever-se-ia também legislar sobre o trabalho a distância (home office) para evitar abusos – muitos trabalhadores em home office estão sendo obrigados a se treinar por conta própria em aplicativos para trabalhar em casa, utilizando bem mais do que as horas normais de trabalho para satisfazer a demanda do empregador e suas exigências. Os benefícios não deveriam ser cortados e, possivelmente, em acordo com o sindicato, (que hoje não é atuante, como já citado acima) dever-se-ia introduzir um bônus pelo desconforto de um trabalho a distância não previsto.

Os trabalhadores na ativa em atividades emergenciais deveriam estar sujeitos a um bônus também, pelo risco que correm e pelo excesso de horas, muitas vezes não computadas.

Para o setor informal, a transferência de renda será mais complicada, na medida em que muitos trabalhadores informais não estão registrados no Cadastro Único, e a autodeclaração poderá ser falsa para uns, difícil de fazer, para outros (mais uma falha do sistema que não mantém uma plataforma atualizada)

Aqui os registros das prefeituras, CRAS, agentes comunitários devem ser acionados para selecionar e coletar informações sobre ambulantes e pequenos produtores, moradores de rua, sua atividade, etc. Acredito que seja um bom momento para desenhar e experimentar o Programa Renda Mínima ou Renda Básica da Cidadania, pois retiraria famílias da pobreza e poderá incentivar maior escolaridade – as avaliações sobre o Programa Bolsa Família-PBF são positivas e, podem servir de base para aprimorar e expandir o novo programa.

Por outro lado, as categorias profissionais mais antigas e as mais novas (algumas ainda a serem criadas) devem via sindicato expor as suas reivindicações para melhorar as condições de trabalho e, a sua remuneração logo que passe a pandemia.

Nesta etapa da História, devido às transformações organizacionais e tecnológicas da produção, há necessidade de uma prática maior de negociação para conhecer e adaptar as relações de trabalho às novas realidades, que sejam eficazes e que sejam legitimadas pelos patrões e empregados. E haverá maior necessidade intervenção do Estado, arbitrando, legislando e transferindo renda. Mas precisamos de um Estado eficiente e eficaz, e isso está deixando a desejar.

**Fundação Podemos: O que a senhora pensa sobre o que tanto se fala em relação a uma “uberização da economia”? A senhora enxerga que a partir do que estamos vivendo teremos um novo olhar sobre isso?**

Serviços oferecidos por plataformas são uma tendência que veio para ficar. Importante registrar, que essa é uma das novas profissões do futuro e a forma de como se oferece tende a se difundir.

O pagamento por produção também está se difundindo rapidamente.

Essas atividades devem ser regulamentadas para não praticar concorrência desleal (táxis), para salvar a saúde e a remuneração do trabalhador (trabalhadores de delivery, motoristas de transporte individual, etc.) e, para garantir a segurança do usuário. Estabelecer o pagamento de seguro contra riscos a favor do trabalhador por parte da empresa também seria desejável, ademais esses trabalhadores devem ser inscritos no INSS, não podem ficar desamparados. A maneira como se dará essa inserção jurídica deve ser alvo de negociação entre as partes, mediada por um árbitro privado, reconhecido por ambas as partes, juntamente com a participação do Estado (JT e/ou MPT). Isto porque, até o momento as partes não se ouviram sobre os objetivos da atividade, requerimentos para os empregados, riscos de renda e, risco para a saúde, etc.

Acredito que, se tivermos consciência econômica, política e social, chegaremos

a uma etapa de negociação e de regulamentação que não coloque em risco a continuidade destas atividades econômicas, melhore a situação de renda e de trabalho dos empregados e não coloque em risco a segurança do consumidor. Uma boa Política Pública resolveria esse quesito.

**Fundação Podemos: A senhora está otimista com o futuro do Brasil?**

Acredito que poderemos fazer a “coisa certa”, mas não será a primeira vez que na História do Brasil tivemos oportunidades e as desperdiçamos.

Visível é quão danosa é para o país a polarização política agressiva, a falta de decoro público e o desprezo pelas causas étnicas, religião, questões de gênero ou os não heterossexuais.

Esta atitude está nos prejudicando internamente e externamente, o Brasil perde pontos no cenário internacional por não demonstrar tolerância com públicos diferentes, com a diversidade.

A política ambiental nos colocou como inimigos do mundo, somos terraplanistas, contra os acordos sobre o clima e não combatemos as queimadas florestais ou outros crimes ambientais.

A política externa está um desastre, na medida em que conseguimos desconstruir todo um trabalho de superação das diferenças entre países e a nossa mensagem sempre foi antagônica às agressões.

O alinhamento automático aos EEUU é, por dizer, assim, no mínimo ingênuo.

Perdemos parte do comércio com players importantes do comércio internacional, como os países muçulmanos, países da Europa e corremos o risco de não ampliarmos com novos parceiros, no curto prazo. Criamos conflito com a China, primeiro parceiro comercial do país.

Temos fama de ter uma burocracia corrupta, de perdoar devedores do fisco, ceder crédito bancário a devedores contumazes, de viver segundo a norma “tudo para os amigos, para os inimigos a lei” e de tolerar milícias físicas e virtuais.

Temos problemas sérios com a segurança interna e com a segurança das fronteiras.

Esse estado de coisas refreia investimentos, modernização tecnológica e aumento de produtividade.

Em sendo assim, é importante recriar um ambiente político de diálogo, negociação e tolerância para poder propor e ajudar a implementação de programas de longo prazo para superar essas restrições.

Partidos políticos têm que estar mais perto dos representados, recuperando ou construindo um vínculo de confiança e de representatividade.

Quanto à economia, não há contradição entre conter a pandemia e reativar a economia.

Estávamos em um processo de recuperação brando quando da notícia no mês de janeiro do crescimento econômico à taxa de 1% ao ano em 2019. A pandemia veio reforçar o estado de estagnação e precipitou o país em uma recessão econômica no âmbito de uma recessão ou depressão mundial. Em uma pandemia, caso não se normatize o isolamento das pessoas, determinadas atividades econômicas fecham por falta de compradores, as próprias pessoas mudam seu comportamento: gastam menos, poupam dada a incerteza do futuro e, procuram não se expor ao risco de contrair a doença; criam mecanismos de defesa, para controlar a depressão, o stress, a angústia, a ansiedade e todas as emoções que circundam os indivíduos. Criam-se outras demandas.

Já os investidores, buscam portos mais seguros, onde os governos podem garantir o seu capital, e com relação à construção de plantas novas, quem vai se arriscar com um novo projeto no meio da incerteza imposta pela pandemia? Assim, seria de se esperar uma retração forte da atividade econômica que só pode piorar se a sociedade perder a confiança no governo e se houver, por exemplo, um grande número de mortos.

A desmoralização do governo colocará em risco a recuperação da economia com novos investimentos. Passada a pandemia – e esta parece que terá vários picos, criando uma “economia de intermitência” – a recuperação envolverá ações que são praticamente unânimes entre os economistas: segurança jurídica para os investimentos, enfatizando aqueles em infraestrutura (portos, estradas, internet, aeroportos, habitação popular,

urbanização e transportes), reforma tributária e da administração pública (aumentar a competitividade dos produtos e serviços e racionalizar a administração pública), investimentos nos ramos de saúde, os principais agentes interventores nesta ação, e, que por muitas vezes são humilhados e ignorados, educação que também hoje, deixou de ser prioridade e a segurança pública a cabo do Estado. Investimentos na área da saúde (modernizar e ampliar hospitais, equipamentos, formação e treinamento de recursos humanos, etc.), farmacêutica e bioquímica (vacinas, testes, remédios, etc.) são uma alternativa de investimentos para puxar a retomada da economia, na medida em que temos várias doenças endêmicas, que exigem cuidados simultâneos ao Covid 19, como Zika, dengue, etc. e o nosso Sistema de Saúde precisará dar conta das novas doenças e das doenças existentes.

Evidentemente, nem tudo poderá ser feito ao mesmo tempo, mas é importante ter uma diretriz, ter um PROJETO e segui-lo ao longo do tempo. Sem um projeto de longo prazo, interdisciplinar (político, econômico, psicossocial, educacional) com toda certeza, não sairemos do lugar.

Poderemos ter uma economia mais forte, inclusiva e com melhor distribuição de renda se priorizarmos os investimentos de forma planejada, em setores que elevem a produtividade e, simultaneamente, as oportunidades econômicas e sociais dos estratos médios e pobres de nossa sociedade.

Somos Homens, não somos máquinas e, somos passíveis de erros e acertos, mas nunca devemos esquecer o real significado de dignidade, solidariedade e honestidade. Sejam transparentes e, vamos valorizar a educação, a cultura, base principal de uma sociedade digna e justa.

## Biografia



### *Maria Cristina Cacciamali*

Maria Cristina Cacciamali é PhD em Tecnologia (MIT/USA), University of New Mexico (UNM/USA), Universidade do Porto (UP/Pr), Instituto Politécnico Nacional (IPN/Me) e Institute des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL/Fr) e first level researcher do CNPq (Brazilian National Council for Scientific and Technological Development). Professora e pesquisadora na USP; coordenadora do Group of International Studies and Comparative Policies (Nespi-USP/CNPq); visiting professor na Universidad de la República (UDELAR - Graduate Program on International Relations) no Uruguai. Vencedora dos prêmios Haralambos Simeonides do National Association of Graduate Studies in Economics and Best Economist of Labor Economics from the Order of Economists of Brazil.



fundação podemos  
política para todos

